

Negociações em Macau para eleger portugueses

A eleição de deputados de origem portuguesa, por sufrágio directo nas próximas eleições para a Assembleia Legislativa de Macau «é possível», mas exige «negociações complicadas» com a comunidade chinesa, segundo revelou, ontem, o governador daquele território Carlos Melancia, após uma audiência de duas horas, em Be-

lica. O governador de Macau sublinhou ser necessário «um consenso» entre as duas comunidades para a «possível» eleição de quatro deputados de origem portuguesa entre os seis que saem do sufrágio directo, aos quais se juntam outros seis eleitos por via indirecta. Nas referidas eleições, marcadas para 9 de Outubro, me-

nos de dez por cento dos 70 mil eleitores são de origem portugueses. Daí a necessidade de negociações, que embora sejam complicadas não deixam o governador de Macau menos optimista, ao que, em seu entender, «a comunidade chinesa está interessada em manter a estabilidade no que diz respeito à Assembleia Legislativa».

Outros temas abordados na

reunião de Mário Soares com Carlos Melancia incidiram sobre a abertura das aulas na Universidade da Ásia Oriental, onde pela primeira vez vão ser leccionados dois cursos em português (Administração e Direito), com a possibilidade de a meio do ano ser introduzido o de Engenharia; a «melhor articulação entre os governos de Macau e da República; a cons-

trução do porto de Macau, e a participação dos agentes económicos portugueses nos vários projectos em estudo para o território.

Carlos Melancia salientou o facto de Macau ser «um problema nacional» e, por fim, garantiu que não está em causa a confiança política do Presidente da República no actual Governo do território.

A CAPITAL P 2

CARLOS MELANCIA EM LISBOA

ELEIÇÕES EM MACAU ENVOLVEM NEGOCIAÇÕES COMPLICADAS

A eleição de deputados de origem portuguesa nas próximas eleições para a Assembleia Legislativa de Macau envolve «negociações complicadas» com a comunidade chinesa, explicou ontem, em Lisboa, o governador de Macau. Carlos Melancia, após uma audiência de cerca de 2 horas com o Presidente da República, salientou ser necessário «um consenso» entre as duas comunidades para que alguns dos 6 eleitos por sufrágio directo sejam de origem portuguesa.

Melancia considerou «possível» a eleição de 4 deputados de origem portuguesa entre os 6 eleitos directamente, a que se juntam outros 6 eleitos por via indirecta.

Nas eleições para a Assembleia Legislativa de Macau, marcadas para 9 de Outubro, dos cerca de 70 mil eleitores, menos de 10 por cento é de origem portuguesa, o que pressupõe negociações com a comunidade chinesa para que seja possível a eleição de deputados portugueses.

«Estou optimista quanto aos resultados, a comunidade chinesa está interessada em manter a estabilidade no que diz respeito à Assembleia Legislativa», disse o governador.

Carlos Melancia disse ter informado também o Presidente da República de aspectos relacionados com o início das aulas na Universidade da Ásia Oriental, que pela primeira vez vai leccionar enquanto património do Estado português. Pela primeira vez, acrescentou, vão leccionar-

«dois cursos em português (Administração e Direito), sendo possível que, a meio do ano, comecem o Curso de Engenharia».

São factos importantes para a formação de quadros locais e para «a defesa da cultura portuguesa em Macau», sublinhou.

A este propósito recordou que, em Hong-Kong existem 8 universidades e «a formação dos quadros locais está feita».

«Temos 5 ou 6 anos para formar quadros de território com cursos superiores, e que é insuportável», considerou Carlos Melancia, acrescentando que «não é fácil resolver problemas que, durante séculos, não preocuparam as autoridades portuguesas em Macau».

«Corremos o risco de deixar um vazio em Macau — adiando —, mas ainda estamos a tempo de evitar isso.»

O problema da equivalência dos cursos na Universidade da Ásia Oriental deverá ser tratado

com o ministro da Educação, Roberto Carneiro, quando este passar por Macau, no fim do mês, vindo de Seul, explicou ainda o governador.

Articulação

Carlos Melancia disse ter discutido também com Mário Soares as condições para uma «melhor articulação» entre os governos de Macau e da República.

Considerou importante essa articulação, numa altura, disse, em que «um período de maior intensidade nos trabalhos dos grupos de terra e de água», que ficarão sediados em Macau a partir do fim deste ano.

Sobre a construção do porto de Macau, Melancia disse ser importante constituir a segunda concessão. «É possível utilizar capitais para estes projectos», sublinhou.

O governador tornou a defender a participação de «agentes económicos portugueses» nos vários projectos em estudo para o território.

Questionado sobre se Mário Soares lhe tinha reafirmado ou não a sua confiança política, Carlos Melancia respondeu: «O Presidente da República já emitiu opinião sobre essa matéria, não está em causa a confiança política.»

Univ. da Ásia Oriental - Macau